

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba.

a) Contexto operacional da Companhia:

- A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97 de 28 de novembro de 1997, referente à filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a interveniência da ANTAQ e da CODESP. O Quinto Aditamento prorroga, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047.

- A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.

Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba (“TCG Imbituba”), sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba.

- b) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A.
("Santos Brasil Logística")

A controlada Santos Brasil Logística, tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIAS.

- c) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A.
("Terminal de Veículos/TEV")

Em janeiro de 2010, a controlada Terminal de Veículos/TEV, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data.

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao Terminal de Veículos/TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.

- d) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.
("Tecon Vila do Conde")

A controlada indireta Tecon Vila do Conde tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033.

Compromissos assumidos nos contratos:

- i. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon 1 com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Quinto Aditamento ao contrato original, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2020, o montante de R\$1.276.859 em obras e demais intervenções para garantir a consolidação de um terminal que alcance a capacidade dinâmica mínima de 1.500.000 contêineres por ano. O projeto executivo referente aos investimentos aprovados foi protocolado na Secretaria Especial de Portos - SEP em 29 de setembro de 2016. Caso o valor investido seja inferior ao compromissado, a diferença deverá ser paga em parcela única à CODESP. Será incorporada ao contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos a área de 13.346 m², mediante a conclusão da extensão de 220 m² do cais público.

Esse aditamento alterou o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC, a partir de 1º de outubro de 2015, que prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores caso não seja atingida ou exceda a MMC, conforme nota explicativa nº 17. A partir do final do ano de 2020 ou da conclusão dos investimentos previstos a MMC passará de 513.000 contêineres por ano para 590.000 contêineres por ano.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, tais como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão revertidos a favor da CODESP após o término ou a extinção do contrato.

Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou requerimento ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC") pleiteando revisão do cronograma de investimentos, mantendo-se inalterado o montante de investimento previsto e restringindo-se ao reescalonamento do período de execução com previsão de conclusão até 2031 com investimento mínimo de R\$360.000 até o final de 2022. Até o presente momento tal requerimento continua em análise pelo Ministério dos Transportes.

- ii. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a SCPAR Porto de Imbituba S.A. - SCPAR, sucessora da Companhia Docas de Imbituba - CDI

A filial operacional Tecon Imbituba, compondo a parcela fixa do arrendamento, tem o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, conforme nota explicativa nº 17.

O compromisso de investimentos mínimos contempla obras de ampliação da retroárea, bem como construção de área administrativa, *gates* e armazém, obras de reforço e contenção de berço e expansão desse berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e a retroárea compatíveis com as instalações, ou seja, guindastes móveis de cais ("*Mobile Harbour Crane - MHC*"), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Novos equipamentos de cais e retroárea devem ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do Terminal.

Compondo a parcela variável do arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 17.

Existe, também, o compromisso de movimentação mínima pelo Terminal de 65.000 contêineres no primeiro ano de atividade, 150.000 contêineres no segundo ano de atividade, 280.000 contêineres no terceiro ano de atividade e 360.000 contêineres a partir do quarto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 17.

Padrões operacionais foram estabelecidos de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, no mínimo, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo, e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

Em 1º de julho de 2016, a Companhia protocolou, o pedido de recomposição de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba, no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, até o presente momento o mérito não foi apreciado pelo mesmo.

- iii. Compromissos principais do contrato de exploração do TCG Imbituba com a SCPAR, sucessora da CDI

A filial operacional TCG Imbituba tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, nas ruas, nas cercas e nos portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do *ISPS Code* e do Plano de Segurança Pública Portuária - PSPP do Porto de Imbituba, bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

O Terminal é obrigado a pagar por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada, e por tonelada por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 17.

O Terminal tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no primeiro ano de atividade, 140 mil toneladas no segundo ano de atividade, 180 mil toneladas no terceiro ano de atividade e 200 mil toneladas do quarto ano de atividade até o término do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 17.

iv. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Terminal de Veículos/TEV com a CODESP

A Terminal de Veículos/TEV tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 214.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 17.

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.

Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 17.

v. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon Vila do Conde com a Companhia Docas do Pará - CDP

O Tecon Vila do Conde tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Tecon Vila do Conde, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado e tonelada movimentada de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 17. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pelo Tecon Vila do Conde, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão revertidos à CDP após o término ou a extinção do contrato.

O Tecon Vila do Conde tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, da reposição da inflação por meio do IGP-M.

Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas.

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	31.12.2018	31.12.2017
Controladas diretas:		
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV")	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos")	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV")	100	100
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80")	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística")	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Tecon Vila do Conde")	100	100

3. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards* – IFRSs"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2019.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes correspondente ao IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes ("*Revenue from Contracts with Customers*"), e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, correspondente ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ("*Financial Instruments*"), foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 4.a).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 – consolidação: determinação se de fato a Companhia detém o controle;
- Nota explicativa nº 18 – classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 12 e 13 – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota explicativa nº 16 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 25 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro;
- Nota explicativa nº 27 – mensuração de obrigações de benefícios: principais premissas atuariais.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 24 – Plano de opção de compra de ações; e
- Nota explicativa nº 28 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

d) Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2017

A Companhia protocolou, em 1º de março de 2016, consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, no sentido de obter a manifestação quanto à aplicação da mudança de estimativa contábil decorrentes da prorrogação do prazo de vigência do contrato de arrendamento (para 28 de novembro de 2047) da filial operacional Tecon Santos, mediante a celebração do Quinto Aditamento ao Contrato de Arrendamento, em 30 de setembro de 2015.

Em 13 de abril de 2018, após recebimentos de alguns Ofícios da CVM a respeito desse assunto e recursos interpostos pela Companhia o órgão regulador decidiu que, desde o momento em que foi deferida a prorrogação antecipada do arrendamento do Tecon Santos, a Companhia encontra-se autorizada a estender os prazos de amortização e depreciação dos ativos e bens vinculados à exploração do referido terminal, até o fim da vida útil esperada dos respectivos ativos e bens ou do término do novo prazo contratual, o que ocorrer primeiro. Entretanto também exigiu a alteração da prática contábil de arrendamento operacional, no que tange às parcelas de arrendamento do Tecon Santos.

Em atendimento ao Ofício nº 089/2018/CVM/SEP/GEA-5 da CVM, a Companhia reapresentou, em 18 de junho de 2018, as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, e os saldos de abertura do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Mudança nas políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente suas demonstrações contábeis:

- O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A norma traz o princípio de que a entidade deve reconhecer receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho.

A receita de serviços refere-se principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição.

A Companhia e suas controladas, como prestadores de serviços, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida que a Companhia e suas controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia e suas controladas não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

- O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia e suas controladas adotaram as alterações consequentes ao CPC 26 / IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Consequentemente, a Companhia e suas controladas reclassificaram as perdas por redução ao valor recuperável de R\$7.960, de ‘despesas com vendas’ para ‘Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis’ na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangente (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 / IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 / IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 com relação as categorias não teve um efeito significativo na mensuração original dos ativos e passivos financeiros, bem como nas políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não impactou significativamente as demonstrações contábeis do ano corrente.

b) Base de consolidação

Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações contábeis.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negocio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Instrumentos de patrimônio

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

e) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores há 60 dias.

f) Estoques

Os estoques, representados, principalmente, por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final dos contratos de arrendamentos.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

Direito de exploração

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim “Obrigações com poder concedente”.

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

j) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

k) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (“*forward-looking*”).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

1) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (“*vesting date*”).

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (“*non-vesting conditions*”), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme nota explicativa nº 5.e).

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 27.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a

investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

p) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, e os dividendos e juros sobre o capital próprio, recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

t) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A Companhia e suas controladas deverão adotar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas avaliaram o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e não esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis. Pois o principal contrato de aluguel refere-se ao Centro de Distribuição da controlada Santos Brasil Logística, com vigência até maio de 2024, valor mensal de aluguel de R\$532, e rescisão antecipada mediante notificação prévia com 12 meses de antecedência.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Transição

A Companhia e suas controladas pretendem aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, utilizando o expediente prático da norma. Assim o passivo do arrendamento será igual ao ativo da adoção inicial.

Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- IFRIC 23 / ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Dividendos a receber – controladora

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Terminal de Veículos de Santos S.A.	4.466	1.998
Total	<u>4.466</u>	<u>1.998</u>

b) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	352	354	1.502	2.695
Contas correntes (II)	<u>801</u>	<u>765</u>	<u>801</u>	<u>765</u>
	<u>1.153</u>	<u>1.119</u>	<u>2.303</u>	<u>3.460</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores	1.149	2.341	1.502	2.695
Contas correntes (II)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>801</u>	<u>765</u>
	<u>1.149</u>	<u>2.341</u>	<u>2.303</u>	<u>3.460</u>

(*) Valores eliminados na consolidação

- (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si, conforme nota explicativa nº 5.c);
- (II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas.

c) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a dezembro de 2018, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$540 (R\$479 em 31 de dezembro de 2017), referente a 2.310 contêineres movimentados (2.580 contêineres em 31 de dezembro de 2017); (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$1.978 (R\$285 em 31 de dezembro de 2017), referente a 11.292 contêineres (1.552 contêineres em 31 de dezembro de 2017); e (iii) monitoramento *reefers*, no montante de R\$6, referente a 12 contêineres. Desses serviços estavam em aberto, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$352 (R\$354 em 31 de dezembro de 2017).

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Tecon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$11.601 (R\$13.299 em 31 de dezembro de 2017), referente a 13.741 contêineres (17.255 contêineres em 31 de dezembro de 2017); e (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$31 (R\$5 em 31 de dezembro de 2017), referente a 1.158 contêineres (192 contêineres em 31 de dezembro de 2017). Desses serviços estavam em aberto, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$1.149 (R\$2.341 em 31 de dezembro de 2017).

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período, ao Tecon Vila do Conde, serviço de transporte rodoviário no montante de R\$30.

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora		Controladora	
	31.12.2018		31.12.2017	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.770	11.482	1.573	12.109
Outros benefícios	-	553	-	571
Plano de opção de compra de ações /				
Plano de incentivo atrelado a ações	-	5.794	-	3.827
Total	<u>1.770</u>	<u>17.829</u>	<u>1.573</u>	<u>16.507</u>

	Consolidado		Consolidado	
	31.12.2018		31.12.2017	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.792	11.873	1.595	12.584
Outros benefícios	-	553	-	571
Plano de opção de compra de ações /				
Plano de incentivo atrelado a ações	-	5.794	-	3.449
Total	<u>1.792</u>	<u>18.220</u>	<u>1.595</u>	<u>16.604</u>

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,16% das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores – Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrada pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2018, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$51.147 (R\$49.401 em 31 de dezembro de 2017), correspondentes a 5,55% e 5,99% da receita líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2018, apenas a filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV tinham provisionado o montante de R\$3.812 (R\$4.705 em 31 de dezembro de 2017).

f) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Aval da aquisição de carretas, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.227;
- Aval da aquisição de caminhões, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.482;
- Devedor solidário da aquisição de guindaste, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 3.635, equivalente a R\$16.136;
- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de cheio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 678, equivalente a R\$3.011;
- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de vazio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 271, equivalente a R\$1.203.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E NATUREZA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e saldo em bancos	18.476	27.463	23.380	29.093
Aplicações financeiras	<u>170.593</u>	<u>193.999</u>	<u>230.283</u>	<u>241.638</u>
Total	<u>189.069</u>	<u>221.462</u>	<u>253.663</u>	<u>270.731</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Controladora	
			31.12.2018	31.12.2017
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento	97,62	Indeterminado	170.593	173.251
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	100,00	21.03.2018	-	20.748
Total			<u>170.593</u>	<u>193.999</u>

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2018	31.12.2017
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento (*)	97,62	Indeterminado	230.283	220.890
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	100,00	21.03.2018	-	20.748
Total			<u>230.283</u>	<u>241.638</u>

(*) Fundo não exclusivo

As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2018 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
No País	81.944	66.232
Partes relacionadas (nota explicativa nº 5.b))	352	354
(-) Provisão para perdas de créditos esperados	<u>(14.347)</u>	<u>(12.233)</u>
Total	<u>67.949</u>	<u>54.353</u>

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
No País	129.345	110.195
(-) Provisão para perdas de créditos esperados	<u>(15.976)</u>	<u>(13.943)</u>
Total	<u>113.369</u>	<u>96.252</u>

Em 31 de dezembro de 2018, três clientes possuem saldo entre 6% e 7% cada um.

Em 31 de dezembro de 2018, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$1.502 (R\$2.695 em 31 de dezembro de 2017), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme nota explicativa nº 5.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Créditos a vencer	41.817	40.026
Créditos em atraso até 60 dias	21.156	11.079
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.941	3.248
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	5.640	2.494
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	2.332	2.366
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>8.410</u>	<u>7.373</u>
Total	<u>82.296</u>	<u>66.586</u>

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Créditos a vencer	76.630	73.358
Créditos em atraso até 60 dias	28.637	18.639
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	4.044	4.255
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	7.050	2.827
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	3.539	2.763
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>9.445</u>	<u>8.353</u>
Total	<u>129.345</u>	<u>110.195</u>

Redução por perda do valor recuperável

Conforme anteriormente comentado, a Companhia aplicou, em 2018, o seu modelo de apuração da provisão para perdas de crédito esperadas, em razão das mudanças introduzidas pela entrada em vigor do CPC 48 / IFRS 9.

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão. O modelo anterior tinha como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias.

Na comparação com 31 de dezembro de 2017, observa-se um aumento na provisão para perdas de créditos esperados no montante de R\$2.114 na controladora e R\$2.033 no consolidado.

No período findo em 31 de dezembro de 2018 foram baixados títulos ao resultado no montante de R\$7.177 na controladora e R\$8.057 no consolidado. O efeito total no resultado do período foi de R\$9.291 na controladora e R\$10.090 no consolidado.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Material de manutenção	18.305	18.001	21.233	20.907
Material administrativo	307	266	412	386
Material de segurança	258	209	455	407
Outros	<u>851</u>	<u>837</u>	<u>1.029</u>	<u>1.037</u>
	<u>19.721</u>	<u>19.313</u>	<u>23.129</u>	<u>22.737</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

9. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>5.422</u>	<u>5.236</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>4.338</u>	<u>4.189</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outras obrigações”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2018 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

No período findo em 31 de dezembro de 2018, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

10. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.448	1.291
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	47	1.608
Crédito a recuperar - FUNDAP	-	3.612
Outros	<u>82</u>	<u>17</u>
Total do circulante	<u>2.577</u>	<u>6.528</u>

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.559	1.617
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	87	1.608
Créditos de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	700
Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF	9.295	3.612
Outros	<u>354</u>	<u>295</u>
Total do circulante	<u>12.295</u>	<u>7.832</u>

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$2.559 (R\$1.617 em 31 de dezembro de 2017), referiam-se, principalmente, a aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$87 (R\$1.608 em 31 de dezembro de 2017), referiam-se, principalmente, a pagamentos efetuados em exercícios anteriores, como antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações do exercício.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$700, referiam-se, principalmente, à controlada Terminal de Veículos/TEV, sendo decorrentes de crédito sobre a amortização do direito de exploração daquela Companhia. Em 30 de setembro de 2018 esse saldo havia sido integralmente compensado.

Os créditos consolidados de FUNDAF, em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$9.295, referiam-se à controlada Santos Brasil Logística, decorrentes de pagamentos efetuados no período de maio de 2013 à setembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$3.612, referiam-se à Companhia, decorrentes de pagamentos efetuados no período de dezembro de 1997 à novembro de 2016, referente à inconstitucionalidade da cobrança junto aos terminais portuários, créditos esses que foram compensados integralmente durante o primeiro trimestre de 2018.

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Composição dos saldos

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	<u>384.690</u>	<u>355.873</u>

b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2017

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24	7	48.653	140.724	166.465	355.873
Aporte de capital	260	40	115	-	-	415
Equivalência patrimonial	(142)	(25)	21.407	10.248	8.557	40.045
Dividendos mínimos obrigatórios de exercício anterior	-	-	-	-	(5.994)	(5.994)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.434)	(2.032)	(4.466)
Passivo atuarial – Assistência Médica Complementar	-	-	(63)	(1.110)	(10)	(1.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>142</u>	<u>22</u>	<u>70.112</u>	<u>147.428</u>	<u>166.986</u>	<u>384.690</u>

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2016

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58	8	11.704	144.298	237.633	393.701
Aporte (redução) de capital	160	30	100	-	(72.300)	(72.010)
Equivalência patrimonial	(194)	(31)	36.950	(3.331)	8.412	41.806
Dividendo complementar conforme AGO de 28 de abril de 2017	-	-	-	-	(5.275)	(5.275)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.998)	(1.998)
Programa de opção de ações	-	-	(12)	2	-	(10)
Passivo atuarial	-	-	(89)	(245)	(7)	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>24</u>	<u>7</u>	<u>48.653</u>	<u>140.724</u>	<u>166.465</u>	<u>355.873</u>

d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2018

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	1.130	420	84.349	126.374	128.751
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	779.926	420.000	84.349.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	350.074	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro do exercício	(142)	(25)	21.407	10.248	8.557
Patrimônio líquido	142	22	70.112	147.428	166.986
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	142	22	70.112	147.428	166.986
Ativo circulante	1	22	39.788	53.245	33.753
Ativo não circulante	<u>147</u>	<u>-</u>	<u>77.735</u>	<u>150.341</u>	<u>241.069</u>
Total do ativo	148	22	117.523	203.586	274.822
Passivo circulante	6	-	14.442	29.117	12.467
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.969</u>	<u>27.041</u>	<u>95.369</u>
Total do passivo	6	-	47.411	56.158	107.836
Receita líquida	-	-	97.470	245.024	57.117
(Prejuízo) lucro do exercício	(142)	(25)	21.407	10.248	8.557

12. IMOBILIZADO

	Controladora										
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Outros itens	Total
Taxa de depreciação (%)	9,4	9,1	-	20	-	10	10	20	1,7	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2017	<u>282</u>	<u>14.134</u>	<u>17.211</u>	<u>7.820</u>	<u>39.086</u>	<u>11.685</u>	<u>2.655</u>	<u>343</u>	<u>-</u>	<u>38</u>	<u>93.254</u>
Movimentações											
Aquisições / transferências	5.570	-	(4.075)	677	857	-	63	1	1.955	-	5.048
Baixas	(445)	(30)	-	-	-	-	-	(13)	-	-	(488)
Reclassificações (**)	(5.571)	-	-	-	-	2	-	-	-	-	(5.569)
Depreciações	<u>400</u>	<u>(2.893)</u>	<u>-</u>	<u>(3.117)</u>	<u>-</u>	<u>(2.297)</u>	<u>(583)</u>	<u>(148)</u>	<u>(28)</u>	<u>(10)</u>	<u>(8.676)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	<u>236</u>	<u>11.211</u>	<u>13.136</u>	<u>5.380</u>	<u>39.943</u>	<u>9.390</u>	<u>2.135</u>	<u>183</u>	<u>1.927</u>	<u>28</u>	<u>83.569</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017											
Custo	2.056	56.698	13.136	39.048	39.943	26.947	9.431	2.518	1.955	251	191.983
Depreciação acumulada	<u>(1.820)</u>	<u>(45.487)</u>	<u>-</u>	<u>(33.668)</u>	<u>-</u>	<u>(17.557)</u>	<u>(7.296)</u>	<u>(2.335)</u>	<u>(28)</u>	<u>(223)</u>	<u>(108.414)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	<u>236</u>	<u>11.211</u>	<u>13.136</u>	<u>5.380</u>	<u>39.943</u>	<u>9.390</u>	<u>2.135</u>	<u>183</u>	<u>1.927</u>	<u>28</u>	<u>83.569</u>
Taxa de depreciação (%)	9,4	8,1	-	20	-	10	10	20	1,7	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	<u>236</u>	<u>11.211</u>	<u>13.136</u>	<u>5.380</u>	<u>39.943</u>	<u>9.390</u>	<u>2.135</u>	<u>183</u>	<u>1.927</u>	<u>28</u>	<u>83.569</u>
Movimentações											
Aquisições / transferências	1.417	1	24.994	178	-	-	-	-	-	-	26.590
Baixas	-	(267)	(5)	-	-	-	1	(7)	-	-	(278)
Reclassificações (**)	(1.417)	4.508	(9.622)	709	-	38	8	1	(1)	1	(5.775)
Depreciações	<u>(193)</u>	<u>(2.417)</u>	<u>-</u>	<u>(3.003)</u>	<u>-</u>	<u>(2.013)</u>	<u>(504)</u>	<u>(88)</u>	<u>(33)</u>	<u>(8)</u>	<u>(8.259)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	<u>43</u>	<u>13.036</u>	<u>28.503</u>	<u>3.264</u>	<u>39.943</u>	<u>7.415</u>	<u>1.640</u>	<u>89</u>	<u>1.893</u>	<u>21</u>	<u>95.847</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018											
Custo	2.056	58.954	28.503	39.933	39.943	26.987	9.439	1.533	1.955	251	209.554
Depreciação acumulada	<u>(2.013)</u>	<u>(45.918)</u>	<u>-</u>	<u>(36.669)</u>	<u>-</u>	<u>(19.572)</u>	<u>(7.799)</u>	<u>(1.444)</u>	<u>(62)</u>	<u>(230)</u>	<u>(113.707)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	<u>43</u>	<u>13.036</u>	<u>28.503</u>	<u>3.264</u>	<u>39.943</u>	<u>7.415</u>	<u>1.640</u>	<u>89</u>	<u>1.893</u>	<u>21</u>	<u>95.847</u>

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Consolidado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Outros itens	Total
Taxa de depreciação (%)	7,4 - 9,4	9,1 -15,3	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2017	<u>2.034</u>	<u>55.671</u>	<u>26.536</u>	<u>9.199</u>	<u>65.511</u>	<u>18.711</u>	<u>27.069</u>	<u>359</u>	<u>19.603</u>	<u>73</u>	<u>224.766</u>
Movimentações											
Aquisições / transferências	11.027	199	(10.048)	768	858	84	2.282	1	1.955	5	7.131
Baixas	(445)	(30)	(558)	-	-	-	-	(13)	-	-	(1.046)
Reclassificações (**)	(8.645)	-	(195)	154	-	-	-	-	-	-	(8.686)
Depreciações	(271)	(11.302)	-	(3.926)	-	(3.999)	(4.702)	(160)	(535)	(35)	(24.930)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	<u>3.700</u>	<u>44.538</u>	<u>15.735</u>	<u>6.195</u>	<u>66.369</u>	<u>14.796</u>	<u>24.649</u>	<u>187</u>	<u>21.023</u>	<u>43</u>	<u>197.235</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017											
Custo	9.680	140.457	15.735	47.871	66.369	43.881	57.351	2.734	27.135	636	411.849
Depreciação acumulada	(5.980)	(95.919)	-	(41.676)	-	(29.085)	(32.702)	(2.547)	(6.112)	(593)	(214.614)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	<u>3.700</u>	<u>44.538</u>	<u>15.735</u>	<u>6.195</u>	<u>66.369</u>	<u>14.796</u>	<u>24.649</u>	<u>187</u>	<u>21.023</u>	<u>43</u>	<u>197.235</u>
Taxa de depreciação (%)	6,5 - 9,4	8,1 -12,5	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	<u>3.700</u>	<u>44.538</u>	<u>15.735</u>	<u>6.195</u>	<u>66.369</u>	<u>14.796</u>	<u>24.649</u>	<u>187</u>	<u>21.023</u>	<u>43</u>	<u>197.235</u>
Movimentações											
Aquisições / transferências	3.734	3.898	63.327	239	-	321	97	-	-	-	71.616
Baixas	-	(455)	(39)	-	-	-	(1)	(7)	-	-	(502)
Reclassificações (**)	(2.571)	4.486	(9.860)	710	(1)	57	9	1	-	-	(7.169)
Depreciações	(811)	(9.860)	-	(3.499)	-	(3.492)	(4.593)	(92)	(539)	(19)	(22.905)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	<u>4.052</u>	<u>42.607</u>	<u>69.163</u>	<u>3.645</u>	<u>66.368</u>	<u>11.682</u>	<u>20.161</u>	<u>89</u>	<u>20.484</u>	<u>24</u>	<u>238.275</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018											
Custo	10.844	142.654	69.163	48.817	66.368	44.285	57.453	1.721	27.136	635	469.076
Depreciação acumulada	(6.792)	(100.047)	-	(45.172)	-	(32.603)	(37.292)	(1.632)	(6.652)	(611)	(230.801)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	<u>4.052</u>	<u>42.607</u>	<u>69.163</u>	<u>3.645</u>	<u>66.368</u>	<u>11.682</u>	<u>20.161</u>	<u>89</u>	<u>20.484</u>	<u>24</u>	<u>238.275</u>

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Os custos dos empréstimos e financiamentos consolidados capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$873 eram compostos por: (i) R\$671 referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações; e (ii) R\$202 referente aos não diretamente atribuíveis; a taxa média de juros desses empréstimos e financiamentos é de 3,02% a.a. em 31 de dezembro de 2017, os custos com empréstimos e financiamentos consolidados não foram capitalizados.

A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das respectivas aquisições (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Financiamento de Importação - FINIMP). O valor de custo desses ativos foi de R\$5.627. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas ("*Rubber Tyred Gantry* – RTG"), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2018, tinha o valor contábil de R\$728.

13. INTANGÍVEL

Controladora								
Vida útil definida								
	Direito de exploração (a)			Ágio nas aquisições (b)			Softwares	Outros intangíveis
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Ações da Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Sistemas em desenvolvimento
								Total
Taxa de amortização (%)	5,1	4,6	4,6	3,1	9,5	4,4	20	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2017	821.188	684.455	12.988	76.856	6.052	12.694	615	-
Movimentações								
Aquisições / transferências	(16.736)	24.312	420	-	-	-	109	75
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações (*)	4.492	887	190	-	-	-	-	-
Amortizações	(36.475)	(43.547)	(875)	(2.486)	(3.343)	(829)	(361)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	772.469	666.107	12.723	74.370	2.709	11.865	363	75
Saldos em 31 de dezembro de 2017								
Custo	1.453.708	962.055	19.168	321.264	37.760	18.983	22.113	75
Amortização acumulada	(681.239)	(295.948)	(6.445)	(246.894)	(35.051)	(7.118)	(21.750)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	772.469	666.107	12.723	74.370	2.709	11.865	363	75
Taxa de amortização (%)	5,5	4,6	4,6	3,1	6,3	4,4	20	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	772.469	666.107	12.723	74.370	2.709	11.865	363	75
Movimentações								
Aquisições / transferências	109.645	820	131	-	-	-	69	1
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações (*)	2.474	-	1	(1)	-	-	256	3.044
Amortizações	(36.708)	(44.239)	(895)	(2.485)	(172)	(828)	(257)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	847.880	622.688	11.960	71.884	2.537	11.037	431	3.120
Saldos em 31 de dezembro de 2018								
Custo	1.565.829	962.875	19.298	321.264	37.760	18.983	22.438	3.120
Amortização acumulada	(717.949)	(340.187)	(7.338)	(249.380)	(35.223)	(7.946)	(22.007)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	847.880	622.688	11.960	71.884	2.537	11.037	431	3.120

(*) Reclassificações do imobilizado.

Consolidado

	Vida útil definida										Vida útil indefinida (c)	Total
	Direito de exploração (a)					Ágio nas aquisições (b)			Softwares	Outros intangíveis	Ágio nas aquisições	
									Sistema de processamento de dados	Sistemas em desenvolvimento	Santos Brasil Logística (*)	
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Tecon Vila do Conde	Terminal de Veículos/ TEV	Ações da Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba				
Taxa de amortização (%)	5,1	4,6	4,6	12,9	4,2	3,1	9,5	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2017	<u>821.188</u>	<u>684.455</u>	<u>12.988</u>	<u>9.305</u>	<u>251.922</u>	<u>76.856</u>	<u>6.052</u>	<u>12.694</u>	<u>1.145</u>	<u>-</u>	<u>39.465</u>	<u>1.916.070</u>
Movimentações												
Aquisições / transferências	(16.736)	24.312	420	12.071	10.072	-	-	-	109	75	-	30.323
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações (**)	4.492	887	192	-	3.074	-	-	-	41	-	-	8.686
Amortizações	<u>(36.475)</u>	<u>(43.547)</u>	<u>(877)</u>	<u>(5.322)</u>	<u>(14.523)</u>	<u>(2.486)</u>	<u>(3.344)</u>	<u>(829)</u>	<u>(649)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(108.052)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	<u>772.469</u>	<u>666.107</u>	<u>12.723</u>	<u>16.054</u>	<u>250.545</u>	<u>74.370</u>	<u>2.708</u>	<u>11.865</u>	<u>646</u>	<u>75</u>	<u>39.465</u>	<u>1.847.027</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017												
Custo	1.453.708	962.055	19.168	48.785	351.296	321.264	37.760	18.983	31.038	75	47.576	3.291.708
Amortização acumulada	<u>(681.239)</u>	<u>(295.948)</u>	<u>(6.445)</u>	<u>(32.731)</u>	<u>(100.751)</u>	<u>(246.894)</u>	<u>(35.052)</u>	<u>(7.118)</u>	<u>(30.392)</u>	<u>-</u>	<u>(8.111)</u>	<u>(1.444.681)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	<u>772.469</u>	<u>666.107</u>	<u>12.723</u>	<u>16.054</u>	<u>250.545</u>	<u>74.370</u>	<u>2.708</u>	<u>11.865</u>	<u>646</u>	<u>75</u>	<u>39.465</u>	<u>1.847.027</u>
Taxa de amortização (%)	5,5	4,6	4,6	8,1	4,2	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	<u>772.469</u>	<u>666.107</u>	<u>12.723</u>	<u>16.054</u>	<u>250.545</u>	<u>74.370</u>	<u>2.708</u>	<u>11.865</u>	<u>646</u>	<u>75</u>	<u>39.465</u>	<u>1.847.027</u>
Movimentações												
Aquisições / transferências	109.645	820	131	1.246	(607)	-	-	-	141	1	-	111.377
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações (**)	2.474	-	1	851	501	(1)	-	-	299	3.044	-	7.169
Amortizações	<u>(36.708)</u>	<u>(44.239)</u>	<u>(895)</u>	<u>(795)</u>	<u>(14.703)</u>	<u>(2.485)</u>	<u>(172)</u>	<u>(828)</u>	<u>(436)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(101.261)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	<u>847.880</u>	<u>622.688</u>	<u>11.960</u>	<u>17.356</u>	<u>235.736</u>	<u>71.884</u>	<u>2.536</u>	<u>11.037</u>	<u>650</u>	<u>3.120</u>	<u>39.465</u>	<u>1.864.312</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018												
Custo	1.565.829	962.875	19.298	57.816	351.191	321.264	37.759	18.983	31.478	3.120	47.576	3.417.189
Amortização acumulada	<u>(717.949)</u>	<u>(340.187)</u>	<u>(7.338)</u>	<u>(40.460)</u>	<u>(115.455)</u>	<u>(249.380)</u>	<u>(35.223)</u>	<u>(7.946)</u>	<u>(30.828)</u>	<u>-</u>	<u>(8.111)</u>	<u>(1.552.877)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	<u>847.880</u>	<u>622.688</u>	<u>11.960</u>	<u>17.356</u>	<u>235.736</u>	<u>71.884</u>	<u>2.536</u>	<u>11.037</u>	<u>650</u>	<u>3.120</u>	<u>39.465</u>	<u>1.864.312</u>

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

(**) Reclassificações do imobilizado.

(a) Direitos de exploração

Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997, Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008, e TCG Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006, e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

A controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. foi declarada a vencedora da licitação do Terminal de Veículos/TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do Terminal de Veículos/TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

Além dos valores acima descritos, a Companhia e suas controladas reconheceram no ativo intangível às parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), de todos os contratos de arrendamento, incluindo sua controlada indireta Tecon Vila do Conde, e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

(b) Ágio nas aquisições - com vida útil definida

No exercício de 2006, os antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa das empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos, foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento.

A aquisição do Tecon Vila do Conde foi consumada em 9 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Valley, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social do Tecon Vila do Conde.

O fundamento econômico do ágio na aquisição do Tecon Vila do Conde é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então Union, na época arrendatária do TCG Imbituba, por meio da então controlada Tremarctos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio de R\$18.983.

O fundamento econômico do ágio de aquisição do TCG Imbituba é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

(c) Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida

A aquisição da Santos Brasil Logística, na época denominada Mesquita, foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou ágio no valor de R\$47.576.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2019 e o planejamento de longo prazo até 2028, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada seguindo o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada, com CLIA Guarujá crescendo acima do mercado em 2019 devido à anualização de nova operação iniciada em meados de 2018;

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023*</u>
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	7,1%	2,1%	2,4%	2,5%	0,0%

* Em 2023 o volume de armazenagem atinge a capacidade instalada, não sendo mais possível aplicar taxa de crescimento.

- Crescimento dos volumes no negócio de centros de distribuição e transporte;
- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA (LAJIDA) como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2018 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Taxa de desconto:	7,47%	9,34%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior ao valor dos ativos operacionais em 31 de dezembro de 2018, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo.

(d) Perdas por desvalorização de ativo

Em 31 de dezembro de 2018, foi efetuado teste de recuperação, na UGC Tecon Imbituba, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2019 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a filial operacional Tecon Imbituba, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de operações de cais e armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada;

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	9,7%	69,5%	85,3%	10,0%	10,0%

- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2018 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Taxa de desconto:	7,47%	9,34%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor recuperável estimado na filial operacional Tecon Imbituba foi inferior em R\$30.639 ao valor dos ativos operacionais de R\$412.076, nos quais está inserido o direito de exploração. De 2016 a 2018, o valor recuperável estimado da filial operacional Tecon Imbituba eram superiores ao valor dos ativos operacionais nos quais está inserido direito de exploração, líquido do ajuste realizado em 2015. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo.

Em 31 de dezembro de 2018, as demais UGC, Tecon Santos, Terminal de Veículos/TEV e Tecon Vila do Conde, também foram testadas, tendo como base a mesma metodologia de cálculo apresentada anteriormente e o resultado foi que o valor recuperável estimado é superior ao valor desses ativos.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Moeda da Transação
				31.12.2018	31.12.2017	
Moeda nacional:						
FINAME	4,00% a.a.	-	Mensal	-	130	R\$
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	191	267	R\$
CCE	1,83% a 1,85% a.a.	CDI	Semestral / <i>Bullet</i>	50.347	64.052	R\$
NCE	1,83% a 1,85% a.a.	CDI	Semestral / <i>Bullet</i>	<u>124.323</u> <u>174.861</u>	<u>99.776</u> <u>164.225</u>	R\$
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR + 3,48% a.a.	Variação cambial	Semestral	-	1.703	US\$
CCE	5,22% a.a.	Variação cambial	<i>Bullet</i>	<u>30.486</u> <u>30.486</u>	<u>-</u> <u>1.703</u>	US\$
Total				<u>205.347</u>	<u>165.928</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(125.314)	(105.982)	
Parcelas de longo prazo				80.033	59.946	

	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da Transação
				31.12.2018	31.12.2017	
Moeda nacional:						
FINAME	6,00% a.a.	-	Mensal	400	2.537	R\$
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	191	-	R\$
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	2.585	-	R\$
CCE	1,83% a 1,85% a.a.	CDI	Semestral / Bullet	50.347	64.052	R\$
NCE	1,83% a 1,85% a.a.	CDI	Semestral / Bullet	<u>124.323</u> <u>177.846</u>	<u>99.776</u> <u>166.365</u>	R\$
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR + 3,80% a.a.	Variação cambial	Semestral	171	4.661	US\$
FINIMP	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	18.892	2.574	€
CCE	5,22% a.a.	Variação cambial	Bullet	<u>30.486</u> <u>49.549</u>	<u>-</u> <u>7.235</u>	US\$
Total				<u>227.395</u>	<u>173.600</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(130.129)	(112.544)	
Parcelas de longo prazo				97.266	61.056	

Em 14 de maio de 2018 foi celebrado o aditamento da operação NCE Safra alterando o vencimento da amortização de maio de 2018 para novembro de 2019, referente captação de R\$60.000, realizada em 12 de maio de 2017. Não houve alteração no percentual da taxa acrescida do CDI.

Em 22 de junho de 2018 foi celebrado o aditamento da operação NCE Itaú alterando o vencimento de junho de 2020 para junho de 2021, referente captação de R\$100.000, realizada em 21 de junho de 2017. Também houve alteração no percentual da taxa acrescida do CDI, alterando de 2,00% a.a. para 1,85% a.a.

Em 24 de setembro de 2018 foi celebrado um novo contrato com o Banco Safra referente à captação de R\$20.000 via CCE - Cédula de Crédito Bancário. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de sobretaxa de 1,85% a.a.

Em 05 de outubro de 2018 foi celebrado um novo contrato com o Banco Itaú referente à captação de USD 7.775 via CCE - Cédula de Crédito Bancário Mediante Repasse de Recursos Externos (Cambial), equivalente a R\$30.000. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios pré-fixado de 5,22% a.a. Na mesma data a Companhia assinou Contrato de Operação de *Swap*, no montante de R\$30.000, para proteção das variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Desta forma, a Companhia assume a taxa equivalente de 100% do CDI acrescida de sobretaxa de 1,80% a.a.

Em 26 de outubro de 2018 foi celebrado um novo contrato com o Banco BOCOM BBM referente à captação de R\$20.000 via NCE - Nota de Crédito à Exportação. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios correspondentes a 130% do CDI.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial	<u>165.928</u>	<u>70.471</u>	<u>173.600</u>	<u>87.351</u>
Captação	70.000	160.000	91.178	160.000
(-) Custo das captações	<u>-</u>	<u>(514)</u>	<u>-</u>	<u>(514)</u>
Valor líquido captado	70.000	159.486	91.178	159.486
Juros e custos apropriados	14.171	13.025	14.564	13.582
Juros capitalizados	202	-	873	-
Var. monetária e cambial	328	(158)	2.883	192
(-) Amortização da dívida	(32.113)	(58.804)	(41.637)	(68.304)
(-) Juros pagos	<u>(13.169)</u>	<u>(18.092)</u>	<u>(14.066)</u>	<u>(18.707)</u>
Saldo final	<u>205.347</u>	<u>165.928</u>	<u>227.395</u>	<u>173.600</u>

Os empréstimos e financiamentos da controlada Tecon Vila do Conde, possuem *covenants*, a ser apurado pela Companhia anualmente, decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 2,5 vezes o índice financeiro, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da Companhia, sendo a primeira apuração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 o índice (“*covenants*”) estava sendo atendido, conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31.12.2018</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	253.663
Instrumentos financeiros derivativos	792
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	227.395
Dívida líquida	(27.060)
EBITDA (LAJIDA)	189.535
Dívida líquida / EBITDA (LAJIDA) igual ou inferior a 2,5 vezes	(0,14)

Garantias

- Garantias concedidas

	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>Garantias</u>
FINAME	Junho/21	R\$	Equipamento objeto da transação (a)
FINIMP	Abril/19	US\$/€	Equipamento objeto da transação (a)
CCE - Banco Safra	Novembro/19	R\$	Recebíveis limitado a 33,33% do saldo da dívida

(a) Conforme nota explicativa nº 12.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

- Garantias obtidas

Na data-base de 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	<u>Controladora</u>		
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Total</u>
NCE	53.279	26.640	79.919
FINAME	<u>76</u>	<u>38</u>	<u>114</u>
Total	<u>53.355</u>	<u>26.678</u>	<u>80.033</u>

	Consolidado					
	2020	2021	2022	2023	2024	Total
NCE	53.279	26.640	-	-	-	79.919
FINAME	684	646	608	147	-	2.085
FINIMP	<u>3.392</u>	<u>3.392</u>	<u>3.391</u>	<u>3.392</u>	<u>1.695</u>	<u>15.262</u>
Total	<u>57.355</u>	<u>30.678</u>	<u>3.999</u>	<u>3.539</u>	<u>1.695</u>	<u>97.266</u>

15. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora e consolidado	
				31.12.2018	31.12.2017
Debêntures 2015:	2,40% a.a.	CDI	Semestral	<u>-</u>	<u>59.498</u>
(-) Parcelas de curto prazo				-	(59.498)

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial	<u>59.498</u>	<u>142.483</u>
Juros e custos apropriados	2.153	10.944
(-) Amortização da dívida	(57.500)	(77.500)
(-) Juros pagos	<u>(4.151)</u>	<u>(16.429)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>59.498</u>

Em 29 de julho de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de nova captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. Com a operação liquidada em 28 de agosto de 2015, foram captados recursos no montante de R\$115.000, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 1,40% a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão. Os recursos captados foram destinados para o reforço de capital de giro da Companhia.

Em 03 de agosto de 2018, foi realizada a última amortização da 3ª emissão de debêntures.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários, trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de perda provável. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Provisão trabalhista (a)	19.067	19.935
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	11.117	10.276
Outros processos (d)	<u>2.006</u>	<u>2.157</u>
Total	<u>32.190</u>	<u>32.368</u>

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Provisão trabalhista (a)	22.120	22.708
Provisão para processo FAP (b)	13.839	12.802
Outros processos (d)	<u>2.360</u>	<u>2.252</u>
Total	<u>38.319</u>	<u>37.762</u>

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	3.297	2.953
Processo FAP (b)	5.446	5.240
Processo CADE - multa (c)	2.255	2.196
Processo CADE - faturamento TRA (c)	187.220	176.842
Outros processos (d)	1.246	1.053
Outros depósitos judiciais (e)	<u>42.344</u>	<u>39.723</u>
Subtotal	<u>241.808</u>	<u>228.007</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Subtotal	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total	<u>256.891</u>	<u>243.090</u>

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	4.036	3.580
Processo FAP (b)	6.838	6.580
Processo CADE - multa (c)	2.255	2.196
Processo CADE - faturamento TRA (c)	187.220	176.842
Outros processos (d)	1.246	1.053
Outros depósitos judiciais (e)	<u>49.691</u>	<u>45.474</u>
Subtotal	<u>251.286</u>	<u>235.725</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar (f)	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Subtotal	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total	<u>266.369</u>	<u>250.808</u>

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$19.067, para os quais existem depósitos judiciais de R\$3.297 e 22 seguros garantindo o montante de R\$24.041; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$2.359, para os quais existem depósitos judiciais de R\$708; e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$694, para os quais existem depósitos judiciais de R\$31 e 3 seguros garantindo o montante de R\$3.018.
- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.446, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.303 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$63 - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$26 - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística, ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A. e ao FAP de 2014 do Tecon Vila do Conde, visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada no âmbito do CADE a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$129.663 e R\$2.255, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$57.557. Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$47.341 (R\$42.634 em 31 de dezembro de 2017), estão classificados no passivo não circulante.

A mencionada ação judicial foi julgada em primeira instância de forma parcialmente favorável à Companhia em 4 de setembro de 2013, pois decisão anulou a decisão do CADE no que se refere ao impedimento da cobrança dos serviços de segregação e entrega, mas manteve a multa imposta por entender que teria o CADE exercido a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREXE nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem à lide.

A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de “perda remota” até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o “*periculum in mora*”, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia.

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colenda 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o reexame necessário (recurso do próprio juiz) e as apelações interpostas pelas partes, decidiu, por unanimidade: (i) dar provimento à remessa oficial, dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa; (ii) negar provimento aos recursos do CADE; (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluí-la da lide; e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP.

Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CADE e Marimex, sendo em 05/2016 publicado acórdão acolhendo parcialmente os embargos opostos pela Marimex e rejeitando os opostos pela Companhia e CADE. A Companhia, CADE e Marimex interpuseram Recurso Especial e a Marimex interpôs também Recurso Extraordinário. Os Recursos Especiais interpostos pela Marimex e o CADE foram admitidos e aguardam os respectivos julgamentos perante o Superior Tribunal de Justiça. O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário interposto, respectivamente, pela Companhia e Marimex não foram admitidos. Atualmente, aguarda-se decisão no Agravo de Despacho Denegatório do Recurso Extraordinário interposto pela Marimex.

Com relação à medida cautelar 0008783-19.2005.4.03.6100, em 07 de dezembro de 2017, o processo foi julgado extinto, sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do interesse de agir, de acordo com o art. 267, VI, do CPC/1973, prejudicadas as apelações. O acórdão foi publicado em 25 de abril de 2018, tendo sido certificado o trânsito em julgado em 11 de dezembro de 2018.

Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia, no exercício de 2015, efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retromencionada.

- (d) O provisionamento consolidado, no montante de R\$2.360, refere-se, principalmente: (i) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, no montante de R\$1.107; (ii) autos de infração da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, no montante de R\$189; (iii) auto de infração da União Federal, no montante de R\$200; (iv) auto de infração da Prefeitura Municipal do Guarujá, no montante de R\$182; e (v) outros processos, no montante de R\$682.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.472 e R\$9.323, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.811; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$16.683; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$10.370. Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.430 e a processos trabalhistas, no montante de R\$1.653; (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$845, outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$1.250, e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7; (iii) controlada Terminal de Veículos/TEV, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$15; (iv) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$147.

- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2017, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica "Fornecedores". Em 27 de agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Atualmente, aguarda-se o decurso de prazo para interposição de recurso.

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$423 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos".

As movimentações das provisões para contingências, no período findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro 2017, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Provisão trabalhista	19.935	394	(7.506)	6.244	19.067
Provisão FAP	10.276	841	-	-	11.117
Outros processos	<u>2.157</u>	<u>1.026</u>	<u>(477)</u>	<u>(700)</u>	<u>2.006</u>
Total	<u>32.368</u>	<u>2.261</u>	<u>(7.983)</u>	<u>5.544</u>	<u>32.190</u>

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2017
Provisão trabalhista	22.210	-	(8.790)	6.515	19.935
Provisão FAP	8.566	1.710	-	-	10.276
Outros processos	<u>4.664</u>	<u>177</u>	<u>(58)</u>	<u>(2.626)</u>	<u>2.157</u>
Total	<u>35.440</u>	<u>1.887</u>	<u>(8.848)</u>	<u>3.889</u>	<u>32.368</u>

Consolidado					
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Provisão trabalhista	22.708	408	(8.403)	7.407	22.120
Provisão FAP	12.802	1.037	-	-	13.839
Outros processos	<u>2.252</u>	<u>1.363</u>	<u>(624)</u>	<u>(631)</u>	<u>2.360</u>
Total	<u>37.762</u>	<u>2.808</u>	<u>(9.027)</u>	<u>6.776</u>	<u>38.319</u>

	Saldo em 31.12.2016	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2017
Provisão trabalhista	25.754	-	(9.982)	6.936	22.708
Provisão FAP	10.695	2.107	-	-	12.802
Outros processos	<u>4.922</u>	<u>243</u>	<u>(156)</u>	<u>(2.757)</u>	<u>2.252</u>
Total	<u>41.371</u>	<u>2.350</u>	<u>(10.138)</u>	<u>4.179</u>	<u>37.762</u>

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$511.285, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas informações trimestrais.

A movimentação dos processos possíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2018, está demonstrada a seguir:

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2017	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Aduaneira	15.576	-	-	15.576
Cível	23.672	7.363	8.839	39.874
Trabalhista	53.219	11.307	(8.233)	56.293
Tributária	370.612	46.355	(22.842)	394.125
Outras	<u>6.700</u>	<u>1.364</u>	<u>(2.647)</u>	<u>5.417</u>
Total	<u>469.779</u>	<u>66.389</u>	<u>(24.883)</u>	<u>511.285</u>

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente.

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$334.495. A contingência está classificada no quadro anterior como de natureza tributária. Segundo o referido auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência da decisão da Delegacia da Receita Federal (1ª Turma da DRJ em São Paulo-I/SP) no sentido de julgar parcialmente procedente as impugnações apresentadas, com a redução da multa de ofício aplicada para 75%. Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de Recurso de Ofício relativamente à redução da multa (de 150% para 75%).

A Companhia e a sua controlada Numeral 80 efetuaram interposição de Recursos Voluntários no prazo regulamentar, sendo que ao recurso da controlada Numeral 80, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), foi dado provimento em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao Recurso de Ofício da Fazenda Nacional.

Em 05 de dezembro de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) opôs embargos de declaração, que foram julgados em 11 de abril de 2017, tendo sido acolhidos sem efeitos infringentes, apenas para esclarecer que o Recurso Voluntário da Companhia (responsável solidária) foi julgado prejudicado, uma vez que restou cancelada toda a exigência pelas razões do Recurso Voluntário do devedor principal (Numeral 80).

No dia 12 de junho de 2017, a PGFN interpôs Recurso Especial à Câmara Superior do CARF, pretendendo a reforma do julgado proferido pela 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, sendo apresentadas pela Companhia e Numeral 80 as contrarrazões. Por sua vez, a Companhia, requereu nas contrarrazões que, caso haja o reestabelecimento da autuação fiscal, que os autos sejam remetidos à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, para análise dos argumentos referentes à impossibilidade da imputação de responsabilidade solidária à Companhia.

Em 05 de abril de 2018, a Câmara Superior do CARF deu provimento ao Recurso Especial interposto pela PGFN, reestabelecendo a glosa das despesas de amortização fiscal do ágio. Por outro lado, foi reconhecido na decisão o cancelamento definitivo da multa qualificada de 150%, tendo em vista que esta matéria não foi objeto do Recurso Especial da PGFN. Neste contexto, o valor da penalidade objeto do auto de infração reduziu de R\$334.495 para R\$260.001 (valores de dezembro de 2012).

Além disso, a Câmara Superior do CARF determinou que o processo fosse remetido à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF para análise dos argumentos expostos no Recurso Voluntário interposto pela Numeral 80 e pela Companhia, que deixaram de ser analisados na sessão de 14 de setembro de 2016, em razão do provimento integral do Recurso Voluntário da controlada Numeral 80.

Em 25 de julho de 2018, a decisão da Câmara Superior do CARF foi formalizada e publicada, tendo a Numeral 80 oposto embargos de declaração em face do Acórdão Proferido. E diante da ausência de recurso da PGFN, a decisão que reduziu a multa de 150% para 75% tornou-se definitiva. Atualmente aguarda-se decisão dos embargos de declaração.

O escritório responsável pela defesa da Companhia avalia a probabilidade de perda como possível e que o tempo de conclusão do processo é incerto.

17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

<u>Contratos</u>	Controladora				Saldo contábil 31.12.2018
	Saldo contábil 31.12.2017	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Parcelas fixas:					
Tecon Santos	426.621	32.290	109.645	(38.601)	529.955
Tecon Imbituba	<u>36.491</u>	<u>1.589</u>	<u>100</u>	<u>(3.391)</u>	<u>34.789</u>
	<u>463.112</u>	<u>33.879</u>	<u>109.745</u>	<u>(41.992)</u>	<u>564.744</u>
Parcelas variáveis:					
Tecon Imbituba	364.370	12.967	719	(31.462)	346.594
TCG Imbituba	<u>6.010</u>	<u>228</u>	<u>131</u>	<u>(357)</u>	<u>6.012</u>
	<u>370.380</u>	<u>13.195</u>	<u>850</u>	<u>(31.819)</u>	<u>352.606</u>
Obrigações com poder concedente	<u>833.492</u>	<u>47.074</u>	<u>110.595</u>	<u>(73.811)</u>	<u>917.350</u>
(-) Curto prazo	(60.811)				(63.548)
Longo prazo	772.681				853.802

(*) A contrapartida desse montante é o ativo intangível no ativo não circulante.

<u>Contratos</u>	Controladora				Saldo contábil 31.12.2017
	Saldo contábil 31.12.2016	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Parcelas fixas:					
Tecon Santos	448.605	32.472	(16.736)	(37.720)	426.621
Tecon Imbituba	<u>35.691</u>	<u>1.632</u>	<u>2.502</u>	<u>(3.334)</u>	<u>36.491</u>
	<u>484.296</u>	<u>34.104</u>	<u>(14.234)</u>	<u>(41.054)</u>	<u>463.112</u>
Parcelas variáveis:					
Tecon Imbituba	340.543	13.340	21.810	(11.323)	364.370
TCG Imbituba	<u>5.832</u>	<u>235</u>	<u>421</u>	<u>(478)</u>	<u>6.010</u>
	<u>346.375</u>	<u>13.575</u>	<u>22.231</u>	<u>(11.801)</u>	<u>370.380</u>
Obrigações com poder concedente	<u>830.671</u>	<u>47.679</u>	<u>7.997</u>	<u>(52.855)</u>	<u>833.492</u>
(-) Curto prazo	(41.436)				(60.811)
Longo prazo	789.235				772.681

(*) A contrapartida desse montante é o ativo intangível no ativo não circulante.

<u>Contratos</u>	Consolidado				Saldo contábil 31.12.2018
	Saldo contábil 31.12.2017	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Parcelas fixas:					
Tecon Santos	426.621	32.290	109.645	(38.601)	529.955
Tecon Imbituba	36.491	1.589	100	(3.391)	34.789
Tecon Vila do Conde	5.916	695	1.246	(898)	6.959
Terminal de Veículos/TEV	<u>47.545</u>	<u>1.980</u>	<u>(275)</u>	<u>(4.044)</u>	<u>45.206</u>
	<u>516.573</u>	<u>36.554</u>	<u>110.716</u>	<u>(46.934)</u>	<u>616.909</u>
Parcelas variáveis:					
Tecon Imbituba	364.370	12.967	719	(31.462)	346.594
TCG Imbituba	6.010	228	131	(357)	6.012
Tecon Vila do Conde	7.038	674	-	(871)	6.841
Terminal de Veículos/TEV	<u>57.488</u>	<u>2.394</u>	<u>(332)</u>	<u>(4.889)</u>	<u>54.661</u>
	<u>434.906</u>	<u>16.263</u>	<u>518</u>	<u>(37.579)</u>	<u>414.108</u>
Obrigações com poder concedente	<u>951.479</u>	<u>52.817</u>	<u>111.234</u>	<u>(84.513)</u>	<u>1.031.017</u>
(-) Curto prazo	(65.769)				(68.660)
Longo prazo	885.710				962.357

(*) A contrapartida desse montante é o ativo intangível registrado no ativo não circulante.

<u>Contratos</u>	Consolidado				Saldo contábil 31.12.2017
	Saldo contábil 31.12.2016	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Parcelas fixas:					
Tecon Santos	448.605	32.472	(16.736)	(37.720)	426.621
Tecon Imbituba	35.691	1.632	2.502	(3.334)	36.491
Tecon Vila do Conde	1.188	118	5.340	(730)	5.916
Terminal de Veículos/TEV	<u>45.019</u>	<u>2.027</u>	<u>4.559</u>	<u>(4.060)</u>	<u>47.545</u>
	<u>530.503</u>	<u>36.249</u>	<u>(4.335)</u>	<u>(45.844)</u>	<u>516.573</u>
Parcelas variáveis:					
Tecon Imbituba	340.543	13.340	21.810	(11.323)	364.370
TCG Imbituba	5.832	235	421	(478)	6.010
Tecon Vila do Conde	690	38	6.731	(421)	7.038
Terminal de Veículos/TEV	<u>54.434</u>	<u>2.450</u>	<u>5.513</u>	<u>(4.909)</u>	<u>57.488</u>
	<u>401.499</u>	<u>16.063</u>	<u>34.475</u>	<u>(17.131)</u>	<u>434.906</u>
Obrigações com poder concedente	<u>932.002</u>	<u>52.312</u>	<u>30.140</u>	<u>(62.975)</u>	<u>951.479</u>
(-) Curto prazo	(46.408)				(65.769)
Longo prazo	885.594				885.710

(*) A contrapartida desse montante é o ativo intangível registrado no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2018, o compromisso com poder concedente de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Controladora					
	2020	2021	2022	2023 - término do contrato	Total
Tecon Santos	9.231	9.474	9.743	492.498	520.946
Tecon Imbituba	19.365	19.925	20.544	268.006	327.840
TCG Imbituba	<u>319</u>	<u>329</u>	<u>339</u>	<u>4.029</u>	<u>5.016</u>
	<u>28.915</u>	<u>29.728</u>	<u>30.626</u>	<u>764.533</u>	<u>853.802</u>

Consolidado					
	2020	2021	2022	2023 - término do contrato	Total
Tecon Santos	9.231	9.474	9.743	492.498	520.946
Tecon Imbituba	19.365	19.925	20.544	268.006	327.840
TCG Imbituba	319	329	339	4.029	5.016
Tecon Vila do Conde	485	535	589	11.750	13.359
Terminal de Veículos/TEV	<u>4.796</u>	<u>4.933</u>	<u>5.084</u>	<u>80.383</u>	<u>95.196</u>
	<u>34.196</u>	<u>35.196</u>	<u>36.299</u>	<u>856.666</u>	<u>962.357</u>

Períodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	<u>Início do contrato</u>	<u>Término do contrato</u>
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
TCG Imbituba	Junho/2007	Junho/2032
Tecon Vila do Conde	Setembro/2003	Setembro/2033
Terminal de Veículos/TEV	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	<u>Vigência</u>
Tecon Santos	Abril/2018 a Abril/2019
Tecon Imbituba	Julho/2018 a Julho/2019
Terminal de Veículos/TEV	Julho/2018 a Julho/2019

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2018 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M/INPC:

<u>Contratos</u>	Em reais - R\$		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a)	40,20	-	-
Tecon Santos (b)	20,01	-	-
Tecon Imbituba (c)	90,48	-	-
TCG Imbituba (d)	-	2,92	-
TCG Imbituba (e)	-	6,47	-
TCG Imbituba (f)	-	3,90	-
Tecon Vila do Conde (g)	18,78	-	-
Tecon Vila do Conde (h)	3,76	-	-
Tecon Vila do Conde (i)	-	1,88	-
Terminal de Veículos/TEV (j)	-	-	17,95

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (g) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (h) Valor devido por contêiner vazio.
- (i) Valor devido por tonelada.
- (j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

18. ARRENDAMENTO OPERACIONAL – CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centro de Distribuição da controlada Santos Brasil Logística), os quais, no período findo em 31 de dezembro de 2018, geraram despesas no montante de R\$6.992 (R\$6.878 em 31 de dezembro de 2017).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	Ações ordinárias	
	31.12.2018	31.12.2017
Existentes no início do exercício	666.317.880	666.086.554
Opção de ações exercidas durante o exercício	-	231.326
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	<u>666.317.880</u>	<u>666.317.880</u>

Do total de ações, 661.772.465 encontravam-se em circulação (“*freefloat*”) em 31 de dezembro de 2018, sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

Em 30 de setembro de 2017, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 24, no montante de R\$680. Foram emitidas 231.326 ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$63.087 em 31 de dezembro de 2018 (R\$59.175 em 31 de dezembro de 2017) e do plano de incentivo atrelado a ações: *performance share*, no montante de R\$2.056 (R\$538 em 31 de dezembro de 2017) e *matching* de ações, no montante de R\$129, obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

Em 31 de dezembro de 2018, foram exercidas opções de compras de ações, onde a Companhia entregou ações que estavam em tesouraria, gerando um resultado de R\$(1.509).

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

- Recompra de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autorizou a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

Em 22 de agosto de 2016, com a migração para o Novo Mercado da B3 – Brasil Bolsa Balcão as *units* foram canceladas e convertidas em sua totalidade de ações preferenciais em ações ordinárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram entregues 676.258 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, no montante de R\$2.186.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram entregues 2.203.156 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$7.120.

A seguir, posição em 31 de dezembro de 2018 de ações compradas pela Companhia:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço		
				Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
Saldo original	6.138.745	19.844	25.969	3,23	2,90	3,70
(-) Ações entregues	<u>(2.879.414)</u>	<u>(9.306)</u>				
Saldo Atual	<u>3.259.331</u>	<u>10.538</u>	13.787			

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração dos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	%	31.12.2018
Lucro líquido do exercício		2.979
Constituição da reserva legal		<u>(149)</u>
Lucro líquido ajustado		<u>2.830</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	707
Remuneração aos acionistas		
Dividendos mínimos obrigatórios		707
Dividendos complementares propostos		<u>2.123</u>
Remuneração bruta aos acionistas	100%	<u>2.830</u>
Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos complementares propostos		2.830
Quantidade de ações ordinárias		663.058.549
Valor unitário de dividendos por ação		0,004267781

e) Ajuste de avaliação patrimonial

- Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 27), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

20. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita bruta	<u>617.177</u>	<u>577.760</u>	<u>1.085.605</u>	<u>953.084</u>
Terminais Portuários	<u>617.177</u>	<u>577.760</u>	<u>727.869</u>	<u>672.493</u>
Operações Portuárias	315.832	307.050	390.095	362.573
Armazenagem Alfandegada	294.412	267.753	326.231	304.161
Carga Geral	6.933	2.957	11.543	5.759
Logística	-	-	<u>288.457</u>	<u>219.746</u>
Transportes	-	-	47.693	51.428
Armazenagem Alfandegada	-	-	198.916	133.878
Centro de Distribuição	-	-	35.796	29.366
Terminal Logístico K-10	-	-	6.052	5.074
Terminal de Veículos/TEV	-	-	<u>69.279</u>	<u>60.845</u>
Armazenagem Alfandegada	-	-	69.279	60.845
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(72.986)	(60.701)	(141.340)	(113.576)
Outras	<u>(9.407)</u>	<u>(4.513)</u>	<u>(22.750)</u>	<u>(15.456)</u>
Total	<u>534.784</u>	<u>512.546</u>	<u>921.515</u>	<u>824.052</u>

21. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Mão de obra avulsa	(30.147)	(27.746)	(30.576)	(27.908)
Taxas - Companhias Docas	(48.010)	(39.533)	(49.991)	(39.340)
Energia elétrica	(8.740)	(7.450)	(11.581)	(9.348)
Combustíveis e lubrificantes	(18.806)	(15.639)	(32.928)	(28.188)
Fretes	(12.731)	(12.839)	(41.952)	(30.593)
Movimentação de veículos	-	-	(20.893)	(24.473)
Outros serviços e materiais	(3.095)	(2.721)	(8.830)	(9.687)
Despesas com pessoal	(218.821)	(226.733)	(307.034)	(308.330)
Consultoria, assessoria e auditoria	(12.442)	(12.514)	(14.241)	(14.355)
Outros serviços de terceirização	(18.662)	(17.670)	(28.251)	(27.512)
Manutenção operacional	(27.590)	(22.799)	(37.437)	(30.463)
Depreciação e amortização	(93.843)	(96.592)	(124.166)	(132.982)
Aluguéis / condomínios – áreas operacionais	-	-	(5.714)	(5.529)
Comissões sobre vendas de serviços	(28.441)	(26.056)	(97.586)	(68.776)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	(9.291)	(8.536)	(10.090)	(7.960)
Outras despesas	<u>(12.393)</u>	<u>(9.093)</u>	<u>(45.098)</u>	<u>(43.497)</u>
Total	<u>(543.012)</u>	<u>(525.921)</u>	<u>(866.368)</u>	<u>(808.941)</u>
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(436.403)	(420.773)	(674.238)	(646.361)
Despesas com vendas	(32.298)	(30.936)	(105.387)	(76.562)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	(9.291)	(8.536)	(10.090)	(7.960)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	<u>(65.020)</u>	<u>(65.676)</u>	<u>(76.653)</u>	<u>(78.058)</u>
Total	<u>(543.012)</u>	<u>(525.921)</u>	<u>(866.368)</u>	<u>(808.941)</u>

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Outras receitas operacionais:				
Correção de adiantamento para fundo de dragagem	714	(51)	714	(51)
Correção de depósitos judiciais	4.938	3.767	4.990	3.852
Correção de crédito a recuperar - FUNDAF	10	5.648	1.429	5.648
Correção de precatórios	-	-	186	100
Ganho na venda de ativos	362	629	455	629
Reembolso de seguro	541	1.729	637	1.731
Receita com depósitos não identificados	963	1.498	2.013	3.254
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	-	716	-	1.127
Outras receitas	<u>554</u>	<u>352</u>	<u>891</u>	<u>1.119</u>
Total	<u>8.082</u>	<u>14.288</u>	<u>11.315</u>	<u>17.409</u>
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(198)	(30)	(369)	(31)
Correção de provisões	(463)	(650)	(573)	(819)
Precatórios	-	-	(149)	(80)
Outras despesas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(661)</u>	<u>(680)</u>	<u>(1.093)</u>	<u>(930)</u>

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	10.860	9.876	14.452	17.083
Variações monetárias e cambiais ativas	3.029	846	6.858	1.677
Valor justo da operação de <i>swap</i>	868	449	945	800
Correção impostos a recuperar	1.665	1.553	1.670	1.573
Correção de depósitos judiciais	161	217	178	835
Outras receitas	<u>602</u>	<u>528</u>	<u>1.143</u>	<u>1.226</u>
Total	<u>17.185</u>	<u>13.469</u>	<u>25.246</u>	<u>23.194</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(16.324)	(24.001)	(16.717)	(24.558)
Variações monetárias e cambiais passivas	(3.254)	(1.462)	(9.282)	(3.194)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	(129)	(511)	(367)	(752)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações de mútuos	(19)	(62)	(32)	(110)
Remissão de juros	-	(2.775)	-	(2.775)
Juros - Obrigações com poder concedente	(47.074)	(47.679)	(52.817)	(52.312)
Outras despesas	<u>(2.212)</u>	<u>(1.341)</u>	<u>(3.219)</u>	<u>(2.258)</u>
Total	<u>(69.012)</u>	<u>(77.831)</u>	<u>(82.434)</u>	<u>(85.959)</u>

24. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E PLANO DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES - CONTROLADORA

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, aditado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching* de Ações).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia.

As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Atrelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

a) Plano de opção de compra de ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da B3 – Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2018, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/ <i>units</i> (*)	Quantidade de <i>units</i> outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ <i>units</i> (*)	Quantidade de <i>units</i> exercidas	Quantidade de <i>units</i> vencidas / caducadas	Quantidade de <i>units</i> - saldo
Programas 2006 à 2013		<u>6.116.442</u>				<u>2.062.021</u>	<u>4.054.421</u>	-
06/02/14 - Programa 2014	15,70	<u>2.087.682</u>			3,15	-	<u>1.784.318</u>	<u>303.364</u>
1º Lote anual		695.894	06/02/15	06/02/17		-	695.894	-
2º Lote anual		695.894	06/02/16	06/02/18		-	695.894	-
3º Lote anual		695.894	06/02/17	06/02/19		-	392.530	303.364
05/02/15 - Programa 2015	12,85	<u>1.377.596</u>			4,40	<u>364.272</u>	<u>589.358</u>	<u>423.966</u>
1º Lote anual		459.199	05/02/16	05/02/18		294.993	164.206	-
2º Lote anual		459.199	05/02/17	05/02/19		34.639	212.575	211.985
3º Lote anual		459.198	05/02/18	05/02/20		34.640	212.577	211.981
Total das opções outorgadas		<u>9.581.720</u>				<u>2.426.293</u>	<u>6.428.097</u>	<u>727.330</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 - Programa 2016	2,29	<u>2.897.395</u>			1,18	<u>879.709</u>	<u>356.099</u>	<u>1.661.587</u>
1º. Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		720.807	113.712	131.279
2º. Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		158.902	113.712	693.184
3º. Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		-	128.675	837.124
23/08/17 - Programa 2017	2,02	<u>6.609.811</u>			0,71	<u>409.675</u>	<u>2.336.633</u>	<u>3.863.503</u>
1º. Lote anual		2.203.270	23/08/18	23/08/21		409.675	882.473	911.122
2º. Lote anual		2.203.270	23/08/19	23/08/22		-	727.080	1.476.190
3º. Lote anual		2.203.271	23/08/20	23/08/23		-	727.080	1.476.191
28/02/18 - Programa 2018	3,51	<u>2.914.885</u>			1,61	-	-	<u>2.914.885</u>
1º. Lote anual		<u>971.628</u>	28/02/19	28/02/22		-	-	971.628
2º. Lote anual		<u>971.628</u>	28/02/20	28/02/23		-	-	971.628
3º. Lote anual		<u>971.629</u>	28/02/21	28/02/24		-	-	971.629
Total das opções outorgadas		<u>12.422.091</u>				<u>1.289.384</u>	<u>2.692.732</u>	<u>8.439.975</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses para os Planos até 2016 e para os Planos a partir de 2017 reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$4.023 (R\$3.139 em 31 de dezembro de 2017). Com o exercício de parte programa de 2017, houve a retenção referente ao imposto de renda na fonte no montante de R\$110, contabilizado em reservas de capital.

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2018, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 2,02% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 1,78%.

b) Planos de incentivo atrelado a ações

- *Performance Shares*

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos (“Período de Carência”), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão (“Data Inicial”). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	<u>1.970.443</u>		2,31	-	-	<u>1.970.443</u>
- Lote Anual	1.970.443	23/08/20		-	-	1.970.443
Total das ações outorgadas	<u>1.970.443</u>			-	-	<u>1.970.443</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$1.517 (R\$538 em 31 de dezembro de 2017).

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2018, não foram exercidas opções e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,30%.

- *Matching* de ações

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária da Companhia para cada ação ordinária da Companhia adquirida por intermédio da Corretora (“*Matching*”), até o limite estabelecido nos seus respectivos Contratos de Adesão e respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para transferir as ações adquiridas no âmbito deste Programa para uma conta de depósito de ações de sua titularidade, mantida pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”), bem como para autorizar que seja realizado, pelo Agente Escriturador, o bloqueio das referidas ações em razão de sua adesão do presente Programa.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	<u>903.896</u>		2,31	<u>215.000</u>	<u>688.896</u>	-
- Lote Anual	903.896	3 anos		215.000	688.896	-
28/02/18 - Programa 2018	<u>615.369</u>		3,71	-	-	<u>615.369</u>
- Lote Anual	615.369	3 anos		-	-	615.369
Total das ações outorgadas	<u>1.519.265</u>			<u>215.000</u>	<u>688.896</u>	<u>615.369</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$129, pois houve Contrato de Adesão ao referido Programa.

Em março de 2018, foram realizadas adesões de 215.000 ações, caso essas adesões permaneçam até o final do prazo de carência, a partir da sua data de adesão, seu percentual de diluição seria 0,03%, as não aderidas, caso fossem totalmente aderidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,09%.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
(Prejuízo) / Lucro antes da tributação	(12.589)	(22.323)	8.181	(31.175)
Exclusão de equivalência patrimonial	<u>(40.045)</u>	<u>(41.806)</u>	-	-
(Prejuízo) / Lucro antes da tributação ajustado	(52.634)	(64.129)	8.181	(31.175)
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	<u>(17.919)</u>	<u>(21.828)</u>	<u>2.757</u>	<u>(10.624)</u>
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(12.632)	(15.391)	1.963	(7.482)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(5.287)	(6.437)	794	(3.142)
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	<u>2.351</u>	<u>4.826</u>	<u>2.702</u>	<u>5.568</u>
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	660	1.033	660	1.033
Plano de opção de compra de ações / <i>Performance Share</i>	1.928	1.254	1.928	1.251
Outras	877	2.877	1.228	3.622
Exclusões permanentes:				
Opções exercidas	(636)	(338)	(636)	(338)
Remuneração variável da Diretoria	(478)	-	(478)	-
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	-	-	<u>(328)</u>	<u>(130)</u>
Incentivos fiscais	-	-	<u>(328)</u>	<u>(130)</u>
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(15.568)	(17.002)	5.131	(5.186)
Alíquota efetiva	29,58%	26,51%	62,72%	16,64%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	<u>8</u>	<u>(20.702)</u>
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	8	(2.988)
Contabilização inicial de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	-	(17.714)
VI - Ajustes extraordinários:	-	-	<u>63</u>	<u>34</u>
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	63	34
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	<u>(15.568)</u>	<u>(17.002)</u>	<u>5.202</u>	<u>(25.854)</u>
IRPJ e CSLL - correntes	-	-	16.789	10.803
IRPJ e CSLL - diferidos	<u>(15.568)</u>	<u>(17.002)</u>	<u>(11.587)</u>	<u>(36.657)</u>
Total	<u>(15.568)</u>	<u>(17.002)</u>	<u>5.202</u>	<u>(25.854)</u>

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, TPV e Pará Empreendimentos, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

<u>Ativo (passivo)</u>	Controladora			
	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	13.268	4.851	8.167	2.940
Diferenças temporárias:				
Provisão para perdas de créditos esperados	3.587	1.291	3.058	1.101
Provisão para contingências	24.450	8.802	23.281	8.381
Amortização do ágio	(17.971)	(6.470)	(18.593)	(6.693)
Depreciação	(41.700)	(15.012)	(43.520)	(15.667)
Perda por desvalorização de ativos	6.334	2.280	6.776	2.439
Obrigações com poder concedente	22.764	8.195	20.179	7.264
Outras	13.332	5.039	13.499	4.860
Perdas atuariais	<u>3.514</u>	<u>1.264</u>	<u>3.296</u>	<u>1.187</u>
Total	<u>27.578</u>	<u>10.240</u>	<u>16.143</u>	<u>5.812</u>

<u>Ativo (passivo)</u>	Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	29.218	10.593	27.957	10.065
Diferenças temporárias:				
Provisão para perdas de créditos esperados	3.994	1.438	3.485	1.255
Provisão para contingências	26.396	9.503	24.963	8.987
Amortização do ágio	(27.837)	(10.021)	(28.459)	(10.245)
Depreciação	(47.979)	(17.272)	(49.660)	(17.878)
Perda por desvalorização de ativos	6.334	2.280	6.776	2.439
Obrigações com poder concedente	25.847	9.305	22.898	8.243
Outras	15.127	5.684	14.804	5.331
Precatórios a receber	(1.354)	(489)	(1.308)	(473)
Perdas atuariais	<u>3.937</u>	<u>1.417</u>	<u>3.271</u>	<u>1.178</u>
Total	<u>33.683</u>	<u>12.438</u>	<u>24.727</u>	<u>8.902</u>
Ativo	<u>41.371</u>	<u>15.206</u>	<u>32.258</u>	<u>11.615</u>
Passivo	<u>(7.688)</u>	<u>(2.768)</u>	<u>(7.531)</u>	<u>(2.713)</u>

Até 31 de dezembro de 2018, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

A constituição do IRPJ e CSLL diferidos gerou o efeito positivo no resultado do exercício da Companhia, no montante de R\$15.568, sendo: (i) R\$7.011 referente a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, e (ii) R\$8.557 referente a diferenças temporárias.

26. RESULTADO POR AÇÃO

a) Resultado básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Lucro / (Prejuízo) do exercício	2.979	(5.321)
Média ponderada das ações	663.058.549	660.682.541
Resultado por ação básico	0,00449	(0,00805)

b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Lucro / (Prejuízo) do exercício	2.979	(5.321)
Média ponderada das ações	663.058.549	660.682.541
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	8.399.345	7.543.462
Resultado por ação diluído	0,00444	(0,00796)

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.

27. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

<u>Hipóteses</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	4,95% a.a.	5,43% a.a.
Inflação Econômica	4,00% a.a.	4,97% a.a.
Inflação Médica (“HCCTR”)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade (“Aging Factor”)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica

<u>Hipóteses</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Hipóteses biométricas:</u>		
Tábua de Mortalidade Rotatividade	AT-2000, segregada por sexo 10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)	AT-2000, segregada por sexo 15,77% (Santos Brasil Logística S.A.) e 6,78% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	65 anos	65 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	40%	40%

Outras hipóteses

Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u> 90% Casados Diferença de Idade Titular / Esposa - 4 anos	<u>Participantes Ativos</u> 90% Casados Diferença de Idade Titular / Esposa - 4 anos
	<u>Participantes Assistidos</u> Família Real	<u>Participantes Assistidos</u> Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais	4.109	2.582
Perdas atuariais calculadas	<u>29.772</u>	<u>26.313</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>33.881</u>	<u>28.895</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais	4.914	3.173
Perdas atuariais calculadas	<u>36.550</u>	<u>30.706</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>41.464</u>	<u>33.879</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Saldo Inicial	28.895	17.128	33.879	21.006
Custo do serviço	1.795	1.161	2.254	1.510
Juros sobre a obrigação	3.225	2.010	3.778	2.461
Benefícios pagos no ano (-)	(911)	(589)	(1.118)	(799)
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	<u>877</u>	<u>9.185</u>	<u>2.671</u>	<u>9.701</u>
Saldo Final	<u>33.881</u>	<u>28.895</u>	<u>41.464</u>	<u>33.879</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	877	9.185	2.671	9.701
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	(296)	(3.123)	(907)	(3.299)
Equivalência sobre (Ganho) / Perda	<u>1.183</u>	<u>340</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Efeito no patrimônio líquido	<u>1.764</u>	<u>6.402</u>	<u>1.764</u>	<u>6.402</u>

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

	Controladora		Consolidado	
Efeitos	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	37.450	31.701	45.876	36.886
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	30.783	26.461	37.636	30.672
Tábua de mortalidade -10%	34.894	30.271	42.699	35.409
Tábua de mortalidade +10%	32.319	27.677	39.564	32.389
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	41.660	35.041	51.080	40.856
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	27.935	24.199	34.119	27.995

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

		Controladora				Consolidado			
		31.12.2018		31.12.2017		31.12.2018		31.12.2017	
	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:									
Mensurados pelo custo amortizado:									
Contas a receber	2	67.949	67.949	54.353	54.353	113.369	113.369	96.252	96.252
Dividendos a receber	2	4.466	4.466	1.998	1.998	-	-	-	-
Precatórios a receber	2	-	-	-	-	5.422	5.422	5.236	5.236
		72.415	72.415	56.351	56.351	118.791	118.791	101.488	101.488
Valor justo por meio do resultado:									
Caixa e saldo em bancos	1	18.476	18.476	27.463	27.463	23.380	23.380	29.093	29.093
Fundos de investimentos	2	170.593	170.593	173.251	173.251	230.283	230.283	220.890	220.890
Letra de Arrendamento Mercantil – LAM	2	-	-	20.748	20.748	-	-	20.748	20.748
Instrumentos financeiros derivativos	2	792	792	2	2	792	792	2	2
		189.861	189.861	221.464	221.464	254.455	254.455	270.733	270.733
Passivo:									
Mensurados pelo custo amortizado:									
Empréstimos e financiamentos	2	205.347	208.714	165.928	180.981	227.395	229.529	173.600	188.672
Debêntures	2	-	-	59.498	66.177	-	-	59.498	66.177
Fornecedores	2	45.360	45.360	44.080	44.080	69.470	69.470	74.608	74.608
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2	720	720	113	113	720	720	113	113
Obrigações com poder concedente	2	917.350	1.171.722	833.492	900.513	1.031.017	1.316.398	951.479	1.018.309
Precatórios a pagar*	2	-	-	-	-	4.338	4.338	4.189	4.189
		1.168.777	1.426.516	1.103.111	1.191.864	1.332.940	1.620.455	1.263.487	1.352.068
Valor justo por meio do resultado:									
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	13	13	-	-	99	99
		-	-	13	13	-	-	99	99

* Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos. Tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A coluna “Recebimentos/Pagamentos” mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e a coluna “Receita/Despesa” mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2018	Dez./2017		
Controladora	1.755	Out./2019	Associado à variação cambial	39	138	-	(11)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Controladora	30.000	Out./2019	Associado à variação cambial	-	(37)	792	-	Variação cambial + 5,22%	CDI + 1,80% a.a.
Consolidado	6.996	Out./2019	Associado à variação cambial	148	493	-	(97)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Consolidado	30.000	Out./2019	Associado à variação cambial	-	(37)	792	-	Variação cambial + 5,22%	CDI + 1,80% a.a.

b) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

b.1) Risco cambial e análise de sensibilidade

As transações atreladas às moedas estrangeiras, dólar norte-americano e o euro, encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com valorização do dólar e do euro em relação ao real de 17,1% e 11,9%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2017.

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um único empréstimo via CCE - Cédula de Crédito à Exportação em moeda estrangeira que está atrelado a um instrumento financeiro derivativo, conforme nota explicativa nº 14. O contrato de derivativo foi firmado com a finalidade de anular a exposição cambial. Suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2018. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	US\$	3,87%	171	-	43	86	(43)	(86)
Empréstimos e financiamentos	€	4,44%	<u>18.892</u>	<u>-</u>	<u>4.723</u>	<u>9.446</u>	<u>(4.723)</u>	<u>(9.446)</u>
Dívida líquida			19.063	<u>-</u>	<u>4.766</u>	<u>9.532</u>	<u>(4.766)</u>	<u>(9.532)</u>

(*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das informações trimestrais. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Controladora				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	6,40%	<u>170.593</u>	<u>10.918</u>	<u>13.647</u>	<u>16.377</u>	<u>8.188</u>	<u>5.459</u>
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	6,40%	174.670	11.179	13.974	16.768	8.384	5.589
Obrigações com poder concedente	IGP-M	7,55%	911.339	68.825	86.032	103.238	51.619	34.413
Obrigações com poder concedente	INPC	3,43%	<u>6.011</u>	<u>206</u>	<u>258</u>	<u>310</u>	<u>155</u>	<u>103</u>
Dívida líquida			<u>921.427</u>	<u>69.292</u>	<u>86.617</u>	<u>103.939</u>	<u>51.970</u>	<u>34.646</u>

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	6,40%	<u>230.283</u>	<u>14.738</u>	<u>18.423</u>	<u>22.107</u>	<u>11.054</u>	<u>7.369</u>
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	6,40%	174.670	11.179	13.974	16.768	8.384	5.589
Obrigações com poder concedente	IGP-M	7,55%	1.025.006	77.409	96.762	116.114	58.057	38.705
Obrigações com poder concedente	INPC	3,43%	<u>6.011</u>	<u>206</u>	<u>258</u>	<u>310</u>	<u>155</u>	<u>103</u>
Dívida líquida			<u>975.404</u>	<u>74.056</u>	<u>92.571</u>	<u>111.085</u>	<u>55.542</u>	<u>37.028</u>

c) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$15.976, representando 12,35% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2017, essa provisão era de R\$13.943, equivalente a 12,65%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	189.069	221.462	253.663	270.731
Contas a receber	67.949	54.353	113.369	96.252
Dividendos a receber	4.466	1.998	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.422	5.236
Total	<u>261.484</u>	<u>277.813</u>	<u>372.454</u>	<u>372.219</u>

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Saldo contábil 31.12.2018	Controladora				
		Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	205.347	223.184	157.044	66.140	-	-
Fornecedores	45.360	45.360	30.339	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	720	720	720	-	-	-
Obrigações com poder concedente	<u>917.350</u>	<u>1.703.287</u>	<u>109.951</u>	<u>149.161</u>	<u>149.161</u>	<u>1.295.014</u>
Total	<u>1.168.777</u>	<u>1.972.551</u>	<u>298.054</u>	<u>230.322</u>	<u>149.161</u>	<u>1.295.014</u>

	Consolidado					
	Saldo contábil 31.12.2018	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Empréstimos e financiamentos	227.395	247.400	162.417	75.239	9.744	-
Fornecedores	69.470	69.470	54.449	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	720	720	720	-	-	-
Obrigações com poder concedente	1.031.017	1.872.124	120.641	170.540	170.540	1.410.403
Precatórios a pagar	4.338	4.338	-	4.338	-	-
Total	<u>1.332.940</u>	<u>2.194.052</u>	<u>338.227</u>	<u>265.138</u>	<u>180.284</u>	<u>1.410.403</u>

e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital (“*Weighted Average Cost of Capital – WACC*”).

A dívida em relação ao capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Total dos passivos circulante e não circulante	1.312.562	1.239.114	1.517.204	1.433.870
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(189.069)</u>	<u>(221.462)</u>	<u>(253.663)</u>	<u>(270.731)</u>
Dívida líquida	<u>1.123.493</u>	<u>1.017.652</u>	<u>1.263.541</u>	<u>1.163.139</u>
Total do patrimônio líquido	1.341.127	1.330.820	1.341.127	1.330.820
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,83772	0,76468	0,94215	0,87400

29. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Aumento do intangível das obrigações com poder concedente	(110.595)	(7.997)	(111.234)	(30.140)
Transações das atividades de investimentos	(110.595)	(7.997)	(111.234)	(30.140)

30. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Filial - Tecon Imbituba</u>			
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Março/2019
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	
Armazenagem em galpões de vinilona	5.000	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2019
	100% tabela		
Casco	FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2019
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Filial - Tecon Santos</u>			
SOP:			Março/2019
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço	4.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	

Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2019
	100% tabela		
Casco	FIPE	R\$	
APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	
<u>Santos Brasil Logística</u>			
SOP:			Março/2019
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo	50.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - Jaguaré	50.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C	10.000	R\$	Junho/2019
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	Junho/2019
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2019
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	90	R\$	
<u>Tecon Vila do Conde</u>			
SOP:			Março/2019
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2019
	100% tabela		
Casco	FIPE	R\$	
APPs	5	R\$	
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos corporais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2019
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	

Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Terminal de Veículos/TEV</u>			
SOP:			Março/2019
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
<u>Institucional</u>			
Responsabilidade civil - Administradores e diretores	40.000	R\$	Junho/2019
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	4.329	R\$	Abril/2019

31. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$1.925 (R\$1.070 em 31 de dezembro de 2017), as quais não estavam contabilizadas nestas informações trimestrais.

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As políticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 4.

Segmentos operacionais

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos; (b) Tecon Imbituba, incluindo o TCG Imbituba; e (c) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais estão descritos nas notas explicativas 1.a) e nº 1.d). Suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para prestar os serviços; e (d) a natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imbituba, cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.b), engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na nota explicativa nº 1.c), engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

Demonstrações

Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o *Earnings Before Interest and Taxes* - EBIT.

Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o lucro.

A seguir, as demonstrações citadas para os exercícios a que se referem estas demonstrações contábeis.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2018

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	730.395	300.120	69.280	-	(14.190)	1.085.605
Deduções da receita	<u>(98.141)</u>	<u>(55.096)</u>	<u>(12.163)</u>	-	<u>1.310</u>	<u>(164.090)</u>
Receita operacional líquida	632.254	245.024	57.117	-	(12.880)	921.515
Custo dos serviços prestados	<u>(495.621)</u>	<u>(153.567)</u>	<u>(37.930)</u>	-	<u>12.880</u>	<u>(674.238)</u>
Custos variáveis / fixos	<u>(402.909)</u>	<u>(140.602)</u>	<u>(23.148)</u>	-	<u>12.880</u>	<u>(553.779)</u>
Depreciação / amortização	<u>(92.712)</u>	<u>(12.965)</u>	<u>(14.782)</u>	-	-	<u>(120.459)</u>
Lucro bruto	<u>136.633</u>	<u>91.457</u>	<u>19.187</u>	-	-	<u>247.277</u>
Despesas operacionais	<u>(62.430)</u>	<u>(76.169)</u>	<u>(2.763)</u>	<u>(40.546)</u>	-	<u>(181.908)</u>
Despesas com vendas	<u>(42.366)</u>	<u>(70.916)</u>	<u>(2.157)</u>	-	-	<u>(115.439)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(26.634)</u>	<u>(7.763)</u>	<u>(619)</u>	<u>(37.968)</u>	-	<u>(72.984)</u>
Depreciação / amortização	<u>(73)</u>	<u>(40)</u>	-	<u>(3.594)</u>	-	<u>(3.707)</u>
Outras	<u>6.643</u>	<u>2.550</u>	<u>13</u>	<u>1.016</u>	-	<u>10.222</u>
EBIT	74.203	15.288	16.424	(40.546)	-	65.369
Depreciação / amortização	92.785	13.005	14.782	3.594	-	124.166
EBITDA (LAJIDA)	166.988	28.293	31.206	(36.952)	-	189.535
Resultado financeiro	-	-	-	(57.188)	-	(57.188)
Equivalência patrimonial	-	-	-	40.045	(40.045)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	<u>(5.202)</u>	-	<u>(5.202)</u>
Prejuízo líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>2.979</u>

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2017

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	673.257	233.051	60.844	-	(14.068)	953.084
Deduções da receita	<u>(80.000)</u>	<u>(42.887)</u>	<u>(7.446)</u>	-	1.301	<u>(129.032)</u>
Receita operacional líquida	593.257	190.164	53.398	-	(12.767)	824.052
Custo dos serviços prestados	(474.183)	(144.478)	(40.467)	-	12.767	(646.361)
Custos variáveis / fixos	(376.673)	(130.695)	(25.867)	-	12.767	(520.468)
Depreciação / amortização	<u>(97.510)</u>	<u>(13.783)</u>	<u>(14.600)</u>	-	-	<u>(125.893)</u>
Lucro bruto	<u>119.074</u>	<u>45.686</u>	<u>12.931</u>	-	-	<u>177.691</u>
Despesas operacionais	(49.713)	(49.929)	(1.271)	(45.188)	-	(146.101)
Despesas com vendas	(39.514)	(44.100)	(864)	-	-	(84.478)
Despesas gerais e administrativas	(23.880)	(8.062)	(539)	(38.532)	-	(71.013)
Depreciação / amortização	(236)	(52)	-	(6.801)	-	(7.089)
Outras	<u>13.917</u>	<u>2.285</u>	<u>132</u>	<u>145</u>	-	<u>16.479</u>
EBIT	69.361	(4.243)	11.660	(45.188)	-	31.590
Depreciação / amortização	97.746	13.835	14.600	6.801	-	132.982
EBITDA (LAJIDA)	167.107	9.592	26.260	(38.387)	-	164.572
Resultado financeiro	-	-	-	(62.765)	-	(62.765)
Equivalência patrimonial	-	-	-	41.806	(41.806)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	<u>25.854</u>	-	<u>25.854</u>
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(5.321)</u>

Em 31 de dezembro de 2018, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$148.939 (R\$151.839 em 31 de dezembro de 2017), equivalentes a 20,4% do total da receita bruta consolidada.

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2018

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	<u>108.233</u>	<u>26.198</u>	<u>9.328</u>	<u>268.193</u>	<u>(2.303)</u>	<u>409.649</u>
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	253.663	-	253.663
Outros	108.233	26.198	9.328	14.530	(2.303)	155.986
Ativo não circulante	<u>1.868.450</u>	<u>144.496</u>	<u>236.121</u>	<u>584.305</u>	<u>(384.690)</u>	<u>2.448.682</u>
Outros	259.087	7.094	41	79.873	-	346.095
Investimento	-	-	-	384.690	(384.690)	-
Imobilizado	105.898	97.750	343	34.284	-	238.275
Intangível	1.503.465	39.652	235.737	85.458	-	1.864.312
Passivo circulante	<u>(67.360)</u>	<u>(25.548)</u>	<u>(5.284)</u>	<u>(4.160)</u>	<u>2.304</u>	<u>(100.048)</u>
Fornecedores	(35.601)	(16.046)	(4.197)	(107)	1.502	(54.449)
Outros	(31.759)	(9.502)	(1.087)	(4.053)	802	(45.599)
Passivo não circulante	<u>(95.815)</u>	<u>(4.718)</u>	<u>(112)</u>	<u>(15.915)</u>	-	<u>(116.560)</u>
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(33.453)	(4.718)	(112)	(36)	-	(38.319)
Outros	<u>(47.341)</u>	-	-	<u>(15.879)</u>	-	<u>(63.220)</u>
Total	<u>1.813.508</u>	<u>140.428</u>	<u>240.053</u>	<u>832.423</u>	<u>(384.689)</u>	<u>2.641.723</u>

<u>Contas</u>	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	199.509
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	130.129
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	720
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	68.660
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	1.101.087
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	97.266
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	962.357
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	41.464
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.341.127
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.351.525
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(10.398)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.641.723

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Capital empregado						
Ativo circulante	90.281	29.280	8.124	279.189	(3.460)	403.414
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	270.731	-	270.731
Outros	90.281	29.280	8.124	8.458	(3.460)	132.683
Ativo não circulante	1.768.175	156.399	251.192	541.383	(355.873)	2.361.276
Outros	248.368	6.354	46	62.246	-	317.014
Investimento	-	-	-	355.873	(355.873)	-
Imobilizado	51.985	110.332	601	34.317	-	197.235
Intangível	1.467.822	39.713	250.545	88.947	-	1.847.027
Passivo circulante	(67.504)	(31.154)	(5.884)	(3.321)	3.460	(104.403)
Fornecedores	(34.700)	(22.544)	(4.902)	(136)	2.695	(59.587)
Outros	(32.804)	(8.610)	(982)	(3.185)	765	(44.816)
Passivo não circulante	(91.725)	(3.584)	(107)	(15.482)	-	(110.898)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(34.071)	(3.584)	(107)	-	-	(37.762)
Outros	(42.633)	-	-	(15.482)	-	(58.115)
Total	1.699.227	150.941	253.325	801.769	(355.873)	2.549.389
Fontes de capital						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	237.924
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	172.042
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	113
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	65.769
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	980.645
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	61.056
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	885.710
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	33.879
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.330.820
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.339.454
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(8.634)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.549.389

33. EVENTO SUBSEQUENTE

Debêntures

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovada a 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, no valor de R\$300.000.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados ao financiamento de investimentos relacionados à prorrogação antecipada do prazo de arrendamento do Tecon Santos, objeto do Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento Pres/69.97 (TECON Santos), de 28 de novembro de 1997, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da Companhia Docas do Estado de São Paulo (“CODESP”), e/ou ao refinanciamento de dívidas de curto prazo da Companhia.

As condições gerais da Emissão encontram-se indicadas na ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, bem como no "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Quarta Emissão de Santos Brasil Participações S.A.", os quais se encontram disponíveis na página da Companhia (<http://ri.santosbrasil.com.br/>) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>) na rede mundial de computadores.

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Valdecyr Maciel Gomes
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo
Ricardo Schenker Wajnberg (Independente)
José Luis Bringel Vidal (Independente)
Felipe Villela Dias (Independente)

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Marcos de Magalhães Tourinho - Diretor Comercial
Marlos da Silva Tavares - Diretor de Operações

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Luís Fernando Moran de Oliveira

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0
Contador